

Simplex paliativo

RAUL PILLA

PRETENDE o sr. Armando Falcão propôr duas emendas à Constituição: uma, que estabeleça a coincidência dos mandatos do Poder Executivo com os do Poder Legislativo, a fim de evitar a interferência do chefe do primeiro na eleição dos membros do segundo; outra, que submeta à aprovação do Senado a nomeação dos ministros.

Não digo sejam inúteis e ainda menos afirmo sejam perigosas tais inovações, pois nenhuma analogia posso encontrar, nelas, com a emenda, tão desejada e acariciada, que permitisse a reeleição de presidente e governadores, ou suprimisse certas inelegibilidades. O Congresso que aprovasse as primeiras não poderia, sem clamorosa contradição, aceitar as segundas. Não temo, pois, nem compreendo se possam temer as emendas do deputado pelo Ceará e, desde já, lhes asseguro o meu voto. Outra é a razão da minha crítica: são meramente superficiais, nada resolvem verdadeiramente e não removem os vícios que reconhecem.

Ignoro se, nos Estados Unidos, tem alguma importância a aprovação dos secretários de Estado pelo Senado; é possível que tenha, pôsto que êste órgão alcançou ali uma influência que nem de longe obteve nas demais Repúblicas presidencialistas. O que seria no Brasil a prática, têmo-lo claramente demonstrado na maneira como o Senado exerce a sua prerrogativa constitucional em relação à nomeação de embaixadores e outros altos funcionários: apesar das mais fundadas objeções por ventura levantadas, tem constantemente prevalecido o ato do presidente da República. Acontecerá diversamente com os ministros, neste regime simples auxiliares pessoais do chefe do Estado? Tudo autoriza a crer que não.

A coincidência dos mandatos também não é remédio, mas simples e ineficaz paliativo. Se o chefe do Poder Executivo pode influir decisivamente no resultado das eleições que se realizem no curso do mandato, não deixará de fazê-lo também nas que se efetuarem nos últimos meses. A máquina do Estado é por êle manejada até o último dia; sê-lo com eficiência, dependerá apenas do seu temperamento mais ou menos voluntarioso. As eleições não se decidem no dia; preparam-se com a antecedência de meses e, até, de anos, como agora se está verificando entre nós. Assim, ainda com a coincidência dos mandatos, o presidente da República ou o governador do Estado não deixarão de influir, com o enorme pêso do cargo, não só na constituição das assembléias representativas, mas também na eleição do seu próprio sucessor. E não parece que, no caso de eleições coincidentes, menor se torne o seu interesse em influir nelas...

Creia-me o sr. Armando Falcão: outro é o verdadeiro remédio para os males que reconhece e aponta, com as suas emendas.